

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Graduação em Ciência Política

Estéfane Helen de Oliveira Nascimento

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS:

**Um debate sobre a aliança entre o MTST e o PSOL nas eleições presidenciais de
2018**

Brasília/DF

2018

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS:

Um debate sobre a aliança entre o MTST e o PSOL nas eleições presidenciais de 2018

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de
Brasília como pré-requisito para obtenção
do título de bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisa von Bülow

Brasília/DF

2018

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS:

Um debate sobre a aliança entre o MTST e o PSOL nas eleições presidenciais de 2018

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como pré-requisito para obtenção do título
de bacharel em Ciência Política.

PROF^a. DR^a. MARISA VON BÜLOW (Universidade de Brasília)

Brasília/DF

2018

DEDICATÓRIA

aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de dizer que meus agradecimentos vão para todos aqueles que participaram dessa longa caminhada de quatro anos e meio de transformação.

Agradeço à minha família que, apesar de ser pequena e não possuir muitos recursos financeiros, sempre deu toda a assistência e suporte necessário ao longo dos meus estudos. Muito obrigada, Maria Paixão do Nascimento e José Valdo Gomes de Oliveira, por tornar realidade o sonho de ter uma graduação. Sem a ajuda e o suporte de vocês, nada disso seria possível.

Também agradeço a todos os professores, colegas e funcionários da universidade que participaram da minha trajetória de formação. Em especial, agradeço à professora Marisa Von Bülow por todo o apoio, ensinamento, orientação, paciência e acolhimento durante toda a redação deste trabalho.

Agradeço as lindas amigas que passaram juntamente comigo por essa experiência maravilhosa na Universidade de Brasília. Aos meus amigos: Lucas Sena, Lorany, Bárbara, Hugo e Matheus Baccarin. Obrigada pela companhia nos memoráveis almoços no R.U., pelas conversas enriquecedoras, pelas risadas, pela companhia ao bar Pôr do Sol e por ouvirem minhas aflições ao fim de cada semestre.

Em especial, agradeço as minhas amigas: Lays e Liliana. Obrigada por participar dessa rica experiência de vida, por todo acolhimento, por todas as vezes que me ajudaram a enfrentar as adversidades da vida, pelo ombro amigo e por todos os abraços nos momentos mais oportunos.

Não poderia deixar de agradecer à Julianna Alves. Obrigada por me apresentar o lindo campo da militância, por todas as conversas enriquecedoras nos corredores da UnB (especialmente em frente ao CASO) e por todo o apoio desde o início da graduação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Adrielly Rodrigues, minha amiga de longa data que esteve comigo durante diferentes momentos da vida. Obrigada por sempre estar aqui quando eu mais precisava, por ser esse ser humano incrível e por todas as memórias que construímos durante estes anos de amizade.

“Se fere a minha existência,
eu serei resistência”

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca contribuir para o debate teórico sobre a relação dos movimentos sociais com os partidos políticos, a partir do estudo de caso sobre a candidatura do coordenador do MTST, Guilherme Boulos, pelo PSOL, nas eleições presidenciais de 2018. Para isso, primeiramente, foi realizado um debate teórico sobre os conceitos de movimentos sociais, partidos políticos, identidade coletiva e identidade partidária. Em seguida, foi traçada a trajetória dos movimentos e partidos na história política brasileira, com intuito de verificar as principais tensões na relação entre ambas as organizações. Foi realizada, também, uma análise de conteúdo das publicações das páginas do Facebook do MTST, PSOL, Guilherme Boulos e Mídia Ninja e três entrevistas semiestruturadas, a fim de entender as motivações para a aliança. Por fim, concluiu-se que a aliança entre ambas as organizações rompe com a idéia de que os movimentos sociais são os atores mais fracos na relação com os partidos políticos.

Palavras-chave: movimentos sociais; partidos políticos, MTST; análise de conteúdo; PSOL

ABSTRACT

The present study aims to contribute to the debate about the relationship between social movements and political parties. It presents a case study of the 2018 Presidential candidacy of the MTST coordinator, Guilherme Boulos. This case study is based on a theoretical debate about the definition of key concepts: of social movements, political parties, collective identity and party identification. It also presents an analysis of the trajectory of social movements and political parties in Brazilian political history, in order to verify the main conflicts between both types of organizations. A content analysis of MTST, PSOL, Guilherme Boulos and Mídia Ninja's Facebook pages was made, as well as three semi-structured interviews to understand the alliance's motivations. In conclusion, the relationship between MTST and PSOL breaks with the idea those social movements are the weakest actors in the relationship with political parties.

Keywords: social movements; political parties; MTST; content analysis; PSOL

LISTA DE SIGLAS

Partidos Políticos

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PP - Partido Progressista

PRP - Partido Republicano Paulista

PRM - Partido Republicano Mineiro

PCR - Partido Comunista Revolucionário

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PCB - Partido Comunista Brasileiro

Movimentos Sociais

CUT - Central Única dos Trabalhadores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

MBL - Movimento Brasil Livre

ANEL - Assembléia Nacional Livre de Estudantes

MBL - Movimento Brasil Livre

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	11
Metodologia	13
1. A relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos	15
1.1 Introdução	15
1.2 As características dos partidos e dos movimentos	16
1.3 Identidade Coletiva e Identidade Partidária	21
1.4 A trajetória dos movimentos sociais e dos partidos políticos no Brasil	25
2. A aliança entre o MTST e o PSOL	31
2.1 Introdução	31
2.2 O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	32
2.3 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	34
2.4 Estratégia de Coleta e Análise dos Dados	36
2.5 Análise dos Resultados	38
Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas	52

INTRODUÇÃO

Existem dois modelos recorrentes na análise sobre os partidos políticos, sendo eles: o modelo que enfatiza o aspecto organizacional e aquele que enfatiza a aproximação com a sociedade civil (OLIVEIRA, 2017). Maurice Duverger e Angelo Panebianco desenvolveram uma tipologia dos partidos políticos concentrada na análise dos aspectos organizativos e, dentro da Ciência Política, tornaram-se o ponto de partida para os estudos que têm por objetivo discutir as principais características dessa organização. De acordo com Panebianco (2005), os partidos são organizações formais que priorizam a vida eleitoral, uma vez que somente eles atuam na arena eleitoral disputando votos (pg. 11). Assim, tornam-se atores importantes no processo político que ocorre dentro das instituições políticas.

Contudo, a partir da década de 1990, a Ciência Política voltou-se para a análise da aproximação dos partidos políticos com a sociedade civil. Nesse sentido, Oliveira (2017) argumenta que os partidos políticos são compostos por uma parte formal e outra informal. Na parte formal encontram-se os parlamentares e os filiados ao partido, e a parte informal é o meio pelo qual os membros se relacionam com os diversos atores da sociedade civil. A partir dessa ênfase analítica na relação com a sociedade, Heaney e Rogas (*apud* Oliveira, 2017) apresentam o conceito de “partido na rua”. Para os autores, o partido na rua é a intersecção entre os partidos e os movimentos. Dessa forma, os partidos apóiam os movimentos sociais nas ruas, ao mesmo tempo em que os movimentos trabalham e influenciam as estratégias de ambos.

Em relação aos movimentos sociais, parte da literatura os analisa como organizações informais que utilizam dos espaços fora das instituições políticas tradicionais para reivindicarem alguma pauta (TILLY, 2010). Durante boa parte da década de 1960, os movimentos eram estudados como organizações sem poder de influência no sistema político e tinham como opositores o Estado e as instituições políticas. Isso mudou a partir do surgimento de movimentos sociais que defendiam pautas de gênero, etnia e estilo de vida. Esses movimentos, além de sempre ressaltarem as suas identidades, não tinham as instituições e o Estado como inimigos. Reconheciam que as instituições eram aliadas na conquista de seus objetivos (GOHN, 1997; ALONSO, 2009).

Contudo, como argumenta Oliveira (2017), a relação entre os movimentos

sociais e os partidos políticos é cercada de tensões. Essas tensões se concretizam, sobretudo, nas diferenças de identidades, estratégias, objetivos e práticas sociais. A lógica da qual os partidos políticos fazem parte é rígida, burocrática e as estratégias partidárias são formuladas de acordo com a lógica eleitoral. Enquanto isso, as estratégias políticas dos movimentos sociais são formuladas a partir de um repertório compartilhado e as influências do contexto ao qual estão inseridos (pg. 71).

Outro ponto fundamental na relação entre ambas as instituições é a questão da autonomia dos movimentos sociais. A literatura argumenta que os movimentos, ao interagirem com os partidos, facilitam a entrada de agentes externos (FERREIRA, 1994). Por conseguinte, os movimentos perderiam a sua autonomia e identidade, visto que as atividades partidárias canalizam os recursos da manutenção das organizações informais e as influenciam de dentro. Com isso, o movimento perderia a sua força de influência dentro do partido e a identidade do mesmo prevaleceria (HEANEY e ROGAS, 2007). Nesse sentido, os movimentos sociais são o elo mais fraco na aliança com os partidos políticos.

O presente trabalho visa contribuir para o debate da relação dos movimentos sociais com os partidos políticos, tendo como objeto de estudo a candidatura à presidência de Guilherme Boulos (membro da Coordenação Nacional do MTST) pelo PSOL nas eleições de 2018. Mais especificamente, este trabalho busca compreender quais foram as motivações para ter um ativista de movimento popular à frente de uma chapa presidencial, considerando as adversidades que essa relação poderia trazer para ambas as organizações.

A partir disso, concluiu-se que, a trajetória política do MTST e do PSOL, permitiu que a aliança entre ambos fosse horizontal. Durante todo o processo de candidatura do ativista, o movimento continuou suas atividades autônomas e independentes do partido político. Diferentemente do que é argumentado pela literatura, nesta relação, o partido não se sobrepôs ao movimento e muito menos perdeu sua identidade. Em suma, ao fim da análise de conteúdo e das entrevistas, concluiu-se que o MTST não foi o elo mais fraco na aliança com o PSOL. Ambos tiveram mais vantagens do que desvantagens, resultando na continuidade da aliança pós-eleições. Dessa forma, mesmo com as estratégias políticas, práticas sociais e identidades distintas, os resultados obtidos da relação entre MTST e PSOL são uma novidade dentro da literatura.

METODOLOGIA

O método científico adotado neste trabalho foi o estudo de caso, visto que, como metodologia de pesquisa, permite ao pesquisador obter informações de um fenômeno por meio de “uma perspectiva holística e do mundo real” (YIN, 2015, pg. 04). Além disso, o pesquisador, ao utilizar diferentes fontes de evidência, tem pouco controle sobre os eventos que permeiam o objeto de estudo (Idem). A partir disso, o presente trabalho é baseado na análise de conteúdo de publicações dos atores e de entrevistas semi-estruturadas realizadas com um membro da Coordenação Nacional e Regional de São Paulo do MTST, com o Presidente Regional do PSOL no Distrito Federal e com o Presidente Nacional do PSOL.

A técnica de entrevistas semiestruturadas utiliza-se da combinação de perguntas abertas e fechadas permitindo que, o entrevistado discorra mais ou menos sobre o tema proposto, bem como o entrevistador possa fazer alterações nas perguntas de acordo com o clima da entrevista (BONI e QUARESMA, 2005, pg. 75). O principal objetivo das entrevistas era compreender o que motivou a aliança entre o movimento e o partido. Além disso, coletamos informações sobre o processo das discussões internas e as reações à candidatura de Guilherme Boulos, dentro do partido e do movimento.

Para complementar as informações das entrevistas, foi realizada análise de conteúdo dos dados coletados de quatro páginas oficiais no Facebook através da ferramenta Netvizz. As páginas são: Guilherme Boulos, PSOL 50, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e Mídia Ninja. O período de coleta escolhido foi entre primeiro de outubro de 2017 e primeiro de outubro de 2018 por abranger o antes, durante e depois da oficialização da candidatura.

Neste trabalho, o uso da técnica de análise de conteúdo tem o objetivo de gerar conclusões mais gerais, a partir das informações categorizadas. De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo permite a inferência de informações para além dos documentos propriamente ditos. É uma técnica que, assim como as entrevistas semiestruturadas, possibilita novas informações a uma pesquisa científica. Com isso, foram criadas quatro categorias de justificativas da candidatura do ativista, sendo elas: perfil pessoal, processo de definição da candidatura, capacidade de diálogo e

representatividade.

A escolha do Facebook para a coleta de dados se deve tanto pela dinamicidade quanto pelo crescimento de interações entre os políticos e outros usuários na mídia social. De acordo com pesquisa da Medialogue (2016), entre 2013 e 2016, cerca de 48 milhões de brasileiros começaram a acompanhar políticos na mídia social e, mensalmente, as interações chegaram a sete milhões. Dentre as diversas funcionalidades ofertadas pelo Facebook, os usuários podem criar eventos; acompanhar e expor suas opiniões em vídeos ao vivo; reagir às publicações; e, compartilhar vídeos superiores a 140 segundos. Além disso, não há necessidade do uso de outra plataforma para coleta de dados, visto que, o Facebook disponibiliza o próprio aplicativo de coleta na plataforma.

Vale ressaltar que o uso do aplicativo Netvizz para a coleta de dados é um grande facilitador¹. Entretanto, tem limitações, dado que a mídia social possui uma política de privacidade que limita a extração de dados (POLONI e TOMAÉL, 2014). Dessa forma, não podemos garantir que o aplicativo de coleta de dados nos forneceu todas as publicações no período de primeiro de outubro de 2017 a primeiro de outubro de 2018.

Posto isto, este trabalho é composto por dois capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma revisão bibliográfica dos principais conceitos sobre os movimentos sociais, partidos políticos, identidade coletiva e partidária. Em seguida, foi traçada a trajetória dos movimentos e dos partidos na história política brasileira, com o intuito de identificar as principais tensões na relação entre ambas as organizações. O segundo capítulo inicia-se com a trajetória política do PSOL e do MTST para, assim, dissertar sobre os principais achados das entrevistas e dos dados coletados. Por fim, na conclusão, retomam-se os pontos fundamentais abordados durante este trabalho.

¹ Acesso ao Netvizz: <https://apps.facebook.com/107036545989762/>

CAPÍTULO 1

A relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos

1.1 Introdução

A trajetória da literatura sobre a relação dos partidos políticos e os movimentos sociais é bastante extensa, tanto na Ciência Política como nas Ciências Sociais. Neste capítulo, apresentamos as principais características dos movimentos e dos partidos, bem como as tensões que cercam a interação entre ambos. Além disso, expomos também as diferenças entre a identidade partidária e a identidade coletiva, fundamentais para entendermos os vínculos entre os indivíduos, os movimentos sociais e os partidos políticos.

Com base no que é defendido por Panebianco (2005), antecipamos que os partidos políticos, como organizações formais, são os únicos que atuam na arena eleitoral e buscam o poder institucional através delas. Dessa forma, para continuarem ativos, precisam “renovar” o contrato através do processo eleitoral. No entanto, argumentamos também, com base na tese de Oliveira (2017), que os partidos políticos são compostos por uma parte informal. Essa informalidade do partido se relaciona com as diferentes redes da sociedade civil, inclusive os movimentos sociais.

Por outro lado, os movimentos sociais fazem política de maneira diferente. O seu surgimento pode estar relacionado à necessidade de conquistar direitos, muitas vezes impedidos pelas instituições políticas. Além disso, para manterem suas atividades, precisam de “consciência grupal, sentimento de pertença ao grupo, solidariedade e identidade” (GONH, 1997, pg. 38). A identidade coletiva é um dos pontos fundamentais para entendermos as motivações dos indivíduos para agirem coletivamente. Além disso, a identidade coletiva pode tanto abranger diversos indivíduos (as vezes que não compartilham de uma mesma identidade) e facilitar a aliança entre os grupos, como pode também distanciar grupos que compartilham dos mesmos objetivos (FLESHER FOMINAYA, 2010).

A identidade partidária, por sua vez, nos ajuda a entender a interação entre os eleitores e os partidos políticos através de variáveis como: escolaridade, renda, idade,

interesses sobre assuntos políticos, ideologia, dentre outras (BALBACHEVSKY, 1992; SPECK E BALBACHEVSKY, 2016). Neste caso, a ideologia tem um papel importante, visto que, ao se identificar com um partido político, o indivíduo compactua com uma gama de idéias e as apóia através do voto. A identidade partidária nos mostra, também, que a proximidade entre os ideais dos indivíduos e dos partidos políticos envolve variáveis que vão além do sentimento de pertencimento ao grupo.

De toda forma, tanto o conceito de identidade coletiva como o de identidade partidária nos dão luz sobre a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, ao focarem na importância da interação e do compartilhamento de práticas sociais, das experiências afetivas e dos vínculos emocionais. Por fim, neste capítulo, traçamos a trajetória dos partidos políticos e dos movimentos sociais brasileiros, ressaltando as tensões na relação entre ambos. Argumentamos que, apesar de todas as adversidades, os movimentos sociais não deixaram de participar dos processos eleitorais, sobretudo, durante o regime militar (1964-1985). Além disso, uma candidatura como a de Guilherme Boulos não é uma novidade na história política brasileira, visto que, em meados dos anos 80, o PT tinha uma liderança advinda do movimento operário e com forte enraizamento na classe operária do país (KECK, 2010).

1.2 As características dos partidos e dos movimentos

Na obra “Os Partidos Políticos”, Duverger (1980) constrói uma tipologia de partidos: de massas e de quadros. O ponto fundamental para essa tipologia é a estrutura interna dos partidos. Dessa forma, os partidos de quadros juntam pessoas conhecidas na sociedade a fim de saírem bem nas eleições. Assim, tendem a serem mais descentralizados, mais parecidos com os comitês² e reforçam uma oligarquia nas instituições. Enquanto isso, os partidos de massas têm comitês mais amplos, com o apoio das massas populares e uma identidade ideológica forte a fim de formarem uma nova elite política. Além disso, são mais centralizados e articulados, visto que, para diferenciar os membros dos partidos e os simpatizantes (apenas apóiam os partidos de vez em quando), formalizam a adesão dos novos membros (Idem, pg. 99-109).

²Os comitês são grupos com pequeno número de membros, não têm caráter partidário significativo e uma característica importante é que eles não são permanentes, ou seja, sua participação no cenário político é volátil, mesmo participando de diversas eleições seguidas (DUVERGER, 1980).

Para Panebianco (2005), recorrer à visão descrita acima desenvolve dois tipos de preconceitos: o sociológico e o teleológico. O preconceito sociológico atribui aos partidos a idéia de que são as representações dos diversos grupos e demandas da população. Dessa forma,

expressões como “partidos operários”, “partidos burgueses”, “partidos camponeses”, etc. são empregados não apenas para fins sociográficos, para descrever a composição social predominante dos eleitores e/ou dos filiados aos diferentes partidos, mas disso também se infere a explicação do comportamento dos próprios partidos (Idem, pg. 04).

Entretanto, o preconceito sociológico esconde um ponto essencial no que diz respeito aos dilemas organizativos dos partidos: a influência da desigualdade social. Em outras palavras, para o autor, as relações de conflito dentro dos partidos precisam ser estudadas a partir de uma perspectiva que considere o sistema de desigualdade social, ou seja, as desigualdades internas dos partidos têm vinculação com a desigualdade que já existe na sociedade (externa). Assim, ao definir os partidos de acordo com os diferentes grupos da população, o preconceito sociológico não evidencia a relação entre essas desigualdades e, além disso, não representa “corretamente as complexas relações entre o partido e seu eleitorado” (PANEBIANCO, 2005, pg. 06).

O preconceito teleológico, por sua vez, aborda os partidos como organizações formais movidos a realizar objetivos, sendo esses objetivos que definirão suas atividades e seu comportamento. Surgem duas variantes desse preconceito: i) uma reconhece que a ideologia partidária é derivada dos objetivos que os partidos têm a cumprir e utilizam-se do processo eleitoral para colocar em prática seus objetivos com base na ideologia partidária; e, ii) a outra não considera a questão ideológica dos partidos, mas sim “a conquista do governo” (Idem, pg. 09). À vista disso, os partidos, durante o processo eleitoral, utilizarão a ideologia como meio para conquistar o governo.

Independente das muitas variantes que podem surgir em relação aos partidos políticos, a atribuição de objetivos não é a questão em si. Para diferenciar os partidos políticos de outras organizações, devemos defini-los pelas atividades desenvolvidas e a área de atuação. Dessa forma, de acordo com Panebianco (2005), a variante mais clara é a de que os partidos priorizam a vitória eleitoral. Essa definição não explica como alguns partidos fazem escolhas que prejudicam tal finalidade. De toda forma,

independente das similaridades com as demais organizações, “somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando votos” (Idem, pg. 11). Esta função não é feita por nenhuma outra organização. Em suma, os partidos são organizações formais, detentoras de burocratização e disputam por espaço no poder político (OLIVEIRA, 2017).

A partir do modelo de análise de Duverger e Panebianco, a Ciência Política se concentrou no modelo de análise sobre a relação dos partidos com a sociedade civil, sobretudo, na década de 1990. O modelo aborda os partidos como organizações mais informais do que formais. Na parte formal, encontram-se os filiados e membros parlamentares e, na parte informal, encontram-se as redes que compõem a sociedade civil (OLIVEIRA, 2017). Ou seja, a partir dos anos 90,

partidos não são estruturados apenas por entidades que se organizam formalmente sob o rótulo partidário, mas incluem pessoas e organizações que trabalham de forma regular para promover e/ou moldar os interesses do partido, como grupo de ativistas, profissionais de campanha e consultores que, em alguns momentos, podem ser filiados ao partido, participando de sua estrutura formal, mas em outros, serem apenas vinculados a candidatos, campanhas específicas, [...] e a movimentos sociais (Idem, pg. 48).

Dentro desse contexto, Heaney e Rogas (*apud* Oliveira, 2017) apresentam o conceito de “partido na rua” ao dissertar sobre a interação entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Segundo os autores, os partidos e os movimentos são redes organizadas e descentralizadas que compactuam objetivos, entretanto, são diferentes em relação às suas táticas políticas. Dessa forma, o partido na rua é uma intersecção entre o movimento e o partido, na qual os atores envolvidos estão dispostos a trabalharem em conjunto e em um modelo de estratégia que influencie ambos. Além disso, “os partidos vão, em sentido literal, para a rua apoiar movimentos sociais e os movimentos, por sua vez, trabalham como suporte das estratégias partidárias (Idem, pg. 50).

É preciso ressaltar que, mesmo essa definição sendo bastante pertinente quando estudamos a história de fundação do PSOL e a relação do partido com os movimentos sociais – como veremos no próximo capítulo –, também consideramos a definição de Panebianco (2005). Dessa forma, entendemos que os partidos políticos são organizações formais que atuam na arena eleitoral e buscam o poder institucional através delas. Para manterem-se ativos, precisam “renovar” o contrato através do processo eleitoral.

Contudo, os mesmos são compostos por uma parte informal em que o partido se relaciona com os diversos atores da sociedade civil, dentre eles, os movimentos sociais (OLIVEIRA, 2017).

No que se refere à definição de movimentos sociais, de acordo com Tilly a literatura apresenta duas possibilidades: uma mais ampla, que inclui qualquer tipo de grupo/associação da sociedade, e outra mais reducionista (TILLY, 2010, pg. 140-141). De maneira geral, o estudo dos movimentos sociais foca na análise de organizações informais que, diferentemente da forma de fazer política dos partidos, utilizam dos espaços fora das instituições políticas para reivindicarem alguma pauta social. Além disso, o surgimento dos movimentos está intrínseco às “oportunidades democráticas” (Idem, pg. 136) e, normalmente, desafiam autoridades políticas (Idem; ABERS E VON BULOW, 2011).

Até a década de 1960, existia uma vertente na literatura, que interpretava os movimentos sociais como mecanismos de mudança política, social e cultural em sociedades que já iniciaram um processo de mudança. Assim, os movimentos complementaríamos tais mudanças através das suas lideranças nas instituições e da participação assídua dos indivíduos. Além disso, suas ações eram classificadas como explosivas, eram “motivadas por fortes crenças ideológicas” e sem poder de influência no sistema político (GONH, 1997, pg. 25). De acordo com Alonso (2009), entre outros, ao fim dessa década surgiram movimentos com novas características.

As “novas” mobilizações já não eram motivadas pelas diferenças de classes, mas por questões que envolviam “etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo)” (ALONSO, 2009, pg. 50). Parte da literatura passou, então, a falar sobre “os novos movimentos sociais”. Um dos teóricos que mais contribuíram nesta parte “contemporânea” da caracterização dos movimentos foi Charles Tilly. De acordo com o autor (*apud* Alonso, 2009), os movimentos sociais são uma forma de expressão que nem sempre existiu, visto que, o seu surgimento dependia do ambiente político da sociedade em questão. Entendemos que, na realidade brasileira isso não se aplica. Como veremos mais adiante, os movimentos sociais sempre estiveram presentes, apenas reduziram a sua atuação de acordo com o contexto político.

Exceto este ponto, entendemos movimentos sociais tal como Tilly definiu, ou seja, os movimentos, como organizações informais, procuram modificar as dimensões macro da sociedade em que vivem. Neste sentido, os movimentos não necessariamente tomam o Estado como seu pior inimigo, mas sim como uma instituição necessária para que a mudança cultural na sociedade seja feita com sucesso. Além disso, os movimentos sociais é um termo que abrange uma gama de atividades que vão além das mobilizações sociais (GOHN, 1997, pg. 64-68). Entendemos também que, os “novos” atores procuram reforçar suas identidades e ter os partidos políticos como aliados na conquista de suas pautas. Dessa forma, os movimentos sociais são formas de ação coletiva que reconhecem a importância de interagirem com os detentores de poder, a fim de mudar as estruturas sociais (ALONSO, 2009).

Nessa perspectiva, Melucci (*apud* Oliveira, 2017) argumenta que, os movimentos sociais, ao interagirem com os partidos políticos, são movimentos políticos que procuram

ampliar os critérios de participação e melhorar a influência dos atores sociais sobre o processo de tomada de decisão, garantir acesso a esse processo, e se esforçar para abrir novos canais para a expressão de demandas previamente excluídas. Tentam empurrar, em qualquer situação, a participação para além dos limites estabelecidos pelo sistema político existente, mas expressa conflito ao romper com o confinamento do sistema político, portanto, está em atrito com o Estado (Idem, pg. 42).

Entretanto, essa visão é contestada, visto que, abordar os movimentos sociais apenas como desafiadores do Estado acaba por excluir ações sociais importantes para os movimentos. Não podemos negar que a relação entre ambos é, muitas vezes, conflituosa. Ao trabalhar com os partidos políticos, o movimento social corre o risco de perder sua identidade, uma vez que os partidos são os atores principais no interior das instituições políticas (FERREIRA, 1994).

Contudo, como afirma Oliveira (2017), os recentes estudos sobre a relação dos movimentos com os partidos mostram que há uma relação de interdependência entre ambos. Ao contrário da idéia de que os movimentos sociais são atores à parte das instituições políticas, há a perpetuação da idéia de que movimentos sociais são constituintes de um conjunto de atores políticos e sociais que buscam vantagens mútuas

usando diferentes táticas (GOLDSTONE, 2004 *apud* OLIVERIA, 2017). Essa idéia é fundamental para entendermos as motivações do MTST para o apoio à candidatura de Guilherme Boulos nas eleições presidenciais de 2018. Como veremos no próximo capítulo, o movimento, desde sua fundação, construiu alianças com partidos políticos para alcançar diferentes objetivos, ao mesmo tempo em que mantinham sua identidade e autonomia às instituições.

É preciso considerar outro fator fundamental para a construção do processo da aliança entre os partidos e os movimentos: a identidade coletiva e a identidade partidária. Como a literatura sobre movimentos sociais explica, a construção da identidade coletiva é necessária para a existência dos movimentos sociais contemporâneos e, também, pode ser entendida como processo ou produto dos próprios movimentos (GOHN, 1997, pg. 129). No tópico a seguir, procuro aprofundar sobre este conceito, bem como o conceito de identidade partidária.

1.3 Identidade coletiva e Identidade Partidária

O conceito de identidade coletiva é comumente utilizado para explicar a existência dos movimentos sociais, mas não é uma exclusividade dessa área de estudo. Além disso, não existe uma única definição para identidade coletiva (FLESHER FOMINAYA, 2010, pg. 393). Por outro lado, a identidade partidária é um conceito utilizado para entender o comportamento dos eleitores em relação aos partidos. Para mensurá-la, as pesquisas científicas consideram o voto como a maneira pela qual o eleitor “expressa uma identidade” (BALBACHEVSKY, 1992, pg. 92).

Na obra “Challenging codes: collective action in the information age”, Alberto Melucci (1996) diz que o termo identidade, de maneira geral, é conhecido como:

the permanence over time of a subject of action unaffected by environmental changes falling below a certain threshold; it implies the notion of unity, which establishes the limits of a subject and distinguishes it from all others, and a relation between two actors which allows their (mutual) recognition (Idem, pg. 91).

A definição proposta por Melucci assemelha-se a uma vertente na literatura clássica de identidade partidária. De acordo com Speck e Balbachevsky (2016), a

identidade que o eleitor expressa, através do processo de socialização política, tem três características: “afetiva e rotinizada, mais do que racional, e apresenta estabilidade no tempo” (Idem, pg. 569).

Ao estabelecer tais características, os estudos se dividem entre aqueles que acreditam e defendem a identidade partidária como um processo de afinidade que perpetuará ao longo dos anos e, conseqüentemente, os partidos políticos terão uma base eleitoral mais estável (VEIGA, 2007); e aqueles que defendem o conceito com base na teoria da escolha racional. Dessa forma, ao invés dos eleitores terem uma relação mais afetiva e menos racional com os partidos políticos, para assim direcionarem o voto, os eleitores fazem um balanço do comportamento desempenhado pelos partidos em governos anteriores e as propostas que os mesmos têm para o próximo governo. Assim, o voto do eleitor será direcionado para o partido que estiver de acordo com seus interesses e pelos possíveis resultados obtidos durante o governo. Caso contrário, o voto do eleitor irá para a oposição como um sinal de insatisfação com as propostas dos outros partidos (SPECK E BALBACHEVSKY, 2016). Neste caso, a base eleitoral é mais volátil.

A partir da discussão conceitual sobre identidade coletiva, Melucci (1989) trabalha as implicações que levam os indivíduos a atuarem coletivamente. O sociólogo argumenta que, não podemos deixar de considerar os recursos internos e externos que levam a ação coletiva. Não é certo afirmar que, apenas a existência de conflito ou o enfrentamento de normas, faz uma ação coletiva ser classificada como movimento social. Assim, movimento social “como forma de ação coletiva é baseada na solidariedade, desenvolvendo conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (Idem, pg. 56). Ou seja, os movimentos sociais são compostos por um conjunto de elementos e, para analisarmos, precisamos distinguir todos eles.

Posto isto, o autor entende identidade coletiva como um processo de interação, no qual, certo número de atores individuais, se transforma em atores coletivos e compartilha o campo de oportunidades e constrangimentos onde a ação coletiva ocorre (MELUCCI, 1996). Em outras palavras, as razões que levam os indivíduos a agirem coletivamente, vão além do sentimento de pertencimento a determinado grupo. Para gerar identidade coletiva, apenas o cálculo dos custos e benefícios não é suficiente. É necessário um envolvimento emocional, bem como uma rede de relacionamento entre

os atores para que interajam entre si, se influenciem e definam suas ações e o campo de ação (GOHN, 1997). Tudo isso faz parte de um processo relacional que resulta na identidade coletiva.

Por sua vez, Polletta e Jasper (2001) trazem um ponto de vista diferente. A princípio, os autores reconhecem que identidade coletiva e ideologia muitas vezes são entendidas como sinônimos. Dessa forma, procuram diferenciá-las argumentando que, a identidade coletiva é uma “conexão cognitiva, moral e emocional que um indivíduo tem com uma comunidade, categoria, prática ou instituição mais ampla³” (Idem, pg. 285). Essa definição é diferente do que entendemos como identidade pessoal, visto que, a coletiva é construída em níveis diferentes e entre os indivíduos, ou seja, é produzida por indivíduos “de fora” (FLESHER FOMINAYA, 2010). Esta argumentação é parecida com a de Janda et al. (*apud* Oliveira, 2017) em relação a identidade partidária. Neste caso, ela é construída de acordo com o que os eleitores vêem dos partidos e, consequentemente, os partidos não conseguem ter controle sobre essa identidade. Assim, “a identidade partidária é estabelecida de fora para dentro” (Idem, pg. 63) e, não de dentro para fora, como encontramos nos movimentos sociais. Além disso, o sentimento de pertencimento a um grupo não se torna necessário, como nos movimentos sociais.

Contudo, quando falamos em termos de identidade partidária, a ideologia tem um papel diferente. Ela é uma parte importante para identificarmos o grau de identidade dos eleitores, bem como para a própria manutenção dos partidos políticos. Como foi argumentado por Polletta e Jasper (2001), a ideologia por si só não explica a identidade coletiva, visto que, é preciso uma conexão de um indivíduo com os seus semelhantes. A ideologia não pressupõe uma conexão com indivíduos. Ao se identificar com um partido político, o indivíduo se identifica com uma gama de idéias e as apóia através do voto. Neste caso, a ideologia ajuda a traçar o perfil da base eleitoral dos partidos políticos e a dinâmica do sistema eleitoral, através de variáveis como: escolaridade, renda, idade, interesses sobre assuntos políticos, grau de envolvimento com a política (militância ou filiação a algum partido), dentre outras (BALBACHEVSKY, 1992; SPECK E BALBACHEVSKY, 2016).

³ “we have defined collective identity as an individual’s cognitive, moral, and emotional connection with a broader community, category, practice, or institution” (POLLETA E JASPER, 2001, pg. 285).

Ainda em relação a identidade coletiva, Flesher Fominaya (2010) argumenta que, o processo para construí-la envolve não apenas dizer “o que somos”, mas também definir “o que não somos”. Neste contexto, a autora ressalta a importância da experiência emocional dos indivíduos nos movimentos, visto que, uma experiência positiva incentiva a participação contínua mesmo quando os objetivos políticos não estão sendo alcançados. Caso a experiência seja negativa, a identidade e o compromisso com o movimento não é forte o suficiente para manter o indivíduo participando ativamente. Taylor e Whittier (1992 *apud* Flesher Fominaya, 2010) alegam que, os movimentos sociais que desafiam as práticas culturais dominantes na sociedade, compartilham de uma mesma identidade coletiva. Essa característica pode gerar, também, barreiras àqueles ativistas em potencial, dado que, o processo para a formação desses movimentos sociais, implica a diferenciação de “nós” e de “eles”.

O debate sobre as definições de identidade coletiva e identidade partidária nos ajuda a compreender a relação entre os movimentos sociais, bem como a relação dos indivíduos com tais movimentos e o sistema político tradicional. A identidade coletiva pode tanto abranger diversos indivíduos (as vezes que não compartilham de uma mesma identidade) e facilitar a aliança entre os grupos, como pode distanciar grupos que compartilham dos mesmos objetivos (FLESHER FOMINAYA, 2010). Enquanto a identidade partidária nos mostra que, a proximidade entre os ideais dos indivíduos e dos partidos políticos, envolve variáveis que vão além do sentimento de pertencimento ao grupo.

De acordo com Oliveira (2017), a literatura reconhece que, muitas vezes, a interação entre os movimentos e os partidos se dá pelo compartilhamento de identidades. Dessa forma, “nos casos em que os movimentos sociais fazem alianças com partidos, mas se mantêm leais à sua identidade, a partilha de identidades comuns pode ser fraca, a sobreposição pode acontecer apenas em momentos específicos” (Idem, pg. 72-73). Essa interação pode, também, trazer riscos a identidade desenvolvida pelos próprios movimentos sociais. De acordo com Heaney e Rogas (2007), a principal desvantagem dessa relação, é a perda da identidade do movimento para o partido político, visto que, a atividade partidária, pode tomar para si a energia e os recursos da própria manutenção do movimento. Com isso, o movimento perde a sua força de influência dentro do partido e a identidade do mesmo prevalece (Idem, pg. 435).

Neste trabalho, como veremos mais adiante, argumento que a relação entre o MTST e o PSOL não afetou a identidade do movimento. Pelo contrário, a identidade foi reforçada, sobretudo, através da liderança exercida por Guilherme Boulos. Durante todo o processo de candidatura, o ativista não deixou de lado o seu papel como membro da Coordenação Nacional do MTST. Além disso, se colocou como porta voz das diferentes identidades defendida pelo partido. Entendermos as implicações da identidade coletiva e partidária no processo de construção dessa liderança é importante, visto que, as lideranças sociais, através do compartilhamento de identidades, se tornam a ponte entre os movimentos sociais e os partidos políticos.

1.4 A trajetória dos movimentos sociais e dos partidos políticos no Brasil

Desde a independência, o país tem passado por sistemas partidários com características bipartidárias e multipartidárias. No segundo reinado, existiam dois partidos que se intercalavam no governo: o Conservador e o Liberal. Durante a Primeira República, existiam mais partidos em nível estadual, enquanto apenas dois partidos comandavam a política nacional – o PRP e o PRM – o que ficou conhecido como a “Política do Café com Leite” (FLEISCHER, 2004). Apenas em 1945 houve, em âmbito nacional, um sistema partidário com característica pluralista que indicava um forte enraizamento na sociedade, com nível elevado de identidade partidária (RIBEIRO, 2008). Nessa época, tanto os partidos considerados grandes e pequenos tiveram a oportunidade de participar das disputas eleitorais – totalizando 13 partidos (SADEK, 1993). Esse cenário continuou até o início do regime militar, quando o Ato Institucional n.2 determinava o fim dos partidos e a criação de duas organizações a ARENA, para sustentar o governo, e o MDB, como oposição (Idem, pg. 03).

Novamente, com a criação de ambos os partidos, o país passava a ter um sistema com característica bipartidária. Entretanto, esse cenário logo passou por mudanças. Nas eleições de 1974, o partido MDB venceu e, de acordo com Ribeiro (2008), assumiu o papel de oposição. Dessa maneira, enraizou sua base nos setores urbanos e desenvolveu uma forte identificação nas classes mais populares da sociedade, como as associações e os movimentos (de bairro, sindicais, etc.), para “pressionar os militares” (KECK, 2010, pg. 43). O partido estava se fortalecendo na mesma proporção que a ARENA era enfraquecida. Além disso, esse cenário levou a ARENA a perceber que o governo, tal

como estava, apenas serviu para legitimar uma bipolarização “contra ou a favor do governo”, mesmo consolidando sua base com os proprietários rurais e os liberais (SADEK, 1993, pg. 04; RIBEIRO, 2008).

Os movimentos sociais não desapareceram durante a ditadura militar. Como bem sabemos, o conflito de setores da sociedade civil com os militares, sobretudo, após o Ato Institucional nº 5, foi muito violento, gerando prisões, perseguições e mortes. Neste contexto, os movimentos sociais mais ativos eram o dos operários, dos estudantes e dos sindicalistas, conhecidos como os movimentos “de resistência à ditadura” (SCHERER-WARREN, 2007, pg. 09). De acordo com Doimo (1995), entre o começo da década de 1970 e 1980, “as idéias de povo e de participação popular” ganharam força no pensamento sociológico da esquerda. Era perpetuada a idéia de que “somente o povo poderia, “de baixo pra cima”, produzir as necessárias transformações históricas” (Idem, pg. 75). Isso ficou mais evidente, quando os operários, juntamente com os bancários, protagonizaram duas greves significativas para a economia do país. Nesta mesma época, iniciou-se a discussão sobre a fundação de um partido formado pela classe trabalhadora (RIBEIRO, 2008).

Com o fim da ARENA e do MDB após a Reforma Partidária, em 1979, seis novos partidos foram criados e deram início à transição para o multipartidarismo. Os partidos foram o PSD – criado pelos antigos membros da ARENA –, o PMDB, o PDT, o PTB, o PP e o PT.

O PT, como argumenta Elias (2014),

foi idealizado por seus fundadores como um canal para dar vazão, no espaço institucional, às demandas dos movimentos sociais, dada a percepção de que os movimentos tinham que buscar uma atuação institucional e a avaliação de que os partidos da época não representariam seus interesses adequadamente (Idem, pg. 28).

O espaço institucional ocupado pelo partido, não só teve um significado importante para o cenário político brasileiro, como abriu um amplo debate nos estudos sobre as relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Durante os anos iniciais da fundação do PT, diversos movimentos, principalmente, os que reivindicavam por moradia, tiveram um crescimento elevado tanto em ativistas como em militância – em relação ao início da transição ao multipartidarismo. Antes da fundação do partido, não

se tinha na história partidária brasileira, um partido com forte enraizamento na classe operária e com uma “liderança originária do movimento operário” (KECK, 2010, pg. 15).

Ao fim da década de 1980, quando o partido ganhou visibilidade, sobretudo, nas eleições de 1988, foi construída uma agenda política que modificava as políticas econômicas e sociais, principalmente, para beneficiar os mais necessitados e àqueles setores da sociedade civil que foram excluídos do processo de tomada de decisão. Um dos projetos idealizados pelo PT foi a criação de Conselhos Populares. Essa idéia surgiu com o intuito de priorizar um governo que trabalhasse com a participação popular. Entretanto, não deu muito certo. De acordo com Doimo (1995), o problema, durante o processo de implementação dessa idéia, foi não ter considerado que “o espaço da política não pode ser um mero prolongamento dos movimentos sociais” (pg. 182). A autora argumenta que, “a especificidade da esfera política significa não só admitir a separação entre estado e sociedade, como perceber a autonomia da política como esfera governada por leis próprias” (Idem, pg. 183).

No tópico anterior, vimos que a interação entre os movimentos sociais e os partidos políticos passa por tensões advindas dos diferentes objetivos das organizações e os processos distintos de construção de identidade coletiva e identidade partidária, bem como as estratégias de cada um. O caso do PT nos mostra que, apesar do compartilhamento das identidades entre movimento e partido, não podemos negar os conflitos que surgem da natureza distinta de ambos. Como argumenta Oliveira (2017), ao estudarmos as estratégias dos movimentos e dos partidos,

observamos que, para os últimos, as estratégias estão inseridas dentro de arenas políticas em que a competição e a disputa por votos e por espaço político estabelecem as regras do jogo. Ao contrário, as estratégias dos movimentos sociais geralmente são elaboradas em função de um estoque de repertórios partilhado, de orientação instrumental e também suscetíveis à influência do contexto, mas que são elaboradas mais por características internas aos movimentos em comparação com as estratégias partidárias (Idem, pg. 71).

Dentro desse contexto, Tatagiba (2010) argumenta que, as diversidades que cercam a relação entre os movimentos e os partidos, vão de encontro com o princípio de autonomia dos movimentos e a eficácia política. Autonomia é entendida, pela autora,

como a capacidade de um ator estabelecer relações com outros atores a partir de uma independência que, “permita codefinir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores” (Idem, pg. 68). Com isso, compreende-se que a autonomia não pressupõe uma ausência de relação com determinados atores, mas sim a capacidade de se relacionar com outros atores sem perder uma “distância crítica” que coloca a interação como objeto de reflexão (Idem).

A eficácia política se refere ao empenho dos movimentos sociais em influenciar o sistema político. É óbvio que, os movimentos sociais não agem unicamente com o objetivo de adentrarem o sistema político e provocar mudanças, muito menos se restringem a interação com os partidos políticos. Contudo, quando optam por esse caminho, sendo a interação mais tensa ou menos tensa, os movimentos buscam produzir mudanças no processo de políticas públicas, no plano legislativo, dentre outros. Ainda de acordo com Tatagiba (2010), os conceitos de autonomia e eficácia política exigem dos movimentos sociais investimentos específicos que, de maneira geral, são difíceis de serem compatibilizados na prática (Idem, pg. 69).

Como veremos mais adiante, o MTST, durante sua trajetória, manteve sua autonomia e independência das instituições e não perdeu sua identidade e nem a capacidade de reivindicar suas pautas. A candidatura de Boulos, além de não ser uma novidade na história política brasileira, exerce um papel de dupla militância que rompe com a idéia de que os movimentos sociais são o elo mais fraco na relação com os partidos políticos. A aliança entre o movimento e o PSOL, publicamente, veio sendo fortalecida desde o ciclo de protestos que abalaram o país entre 2013 e 2016. Ao longo dos três anos, o ciclo de protestos manteve uma lógica mista entre a autonomia dos movimentos sociais e a relação com os partidos políticos.

Em 2013, o ciclo foi iniciado pelo MPL que, segue a mesma linha do MTST, e procura manter certa autonomia das instituições políticas tradicionais, ao mesmo tempo em que não descartam o diálogo com partidos políticos. O movimento, fundado em 2005, acumula um histórico de mobilizações espalhadas pelo país mesmo antes de constituírem um movimento em si. Desde sua fundação, se caracterizam como “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” (FERREIRA E JÚNIOR, 2017, pg. 46) na reivindicação por um transporte público de qualidade para a sociedade.

Em junho de 2013, após a decisão do governo de São Paulo pelo aumento da passagem do transporte público de \$3,00 para \$3,20, o MPL organizou, pelas mídias sociais, a primeira manifestação para o dia 6 de junho de 2013. Pouco tempo depois, em 20 de junho de 2013, o ciclo mudou. Um total de 1 milhão de pessoas tomaram diversas cidades brasileiras com diferentes pautas sociais. O MPL já não tinha poder e voz de coordenação nestes protestos, portanto, os atores não eram mais os mesmos. Como resultado, os manifestantes criticavam os investimentos do governo na Copa das Confederações e clamavam por uma resposta governamental imediata que resultasse no fim da corrupção, na melhoria da saúde, do transporte público, da educação e da segurança pública (ROCHA, SAMPAIO E FRANCESC, 2014).

A lógica por trás dessas manifestações era de cada um leva um cartaz. Nesse meio, tinha os manifestantes que pediam pela descriminalização do aborto, legalização da maconha e uma reforma do sistema político brasileiro, bem como aqueles que pediam pela volta do regime militar e a redução da maioria penal (TATAGIBA, 2014). No meio de tantas reivindicações, algumas pautas passaram despercebidas, mas voltaram à cena, em um contexto diferente, menos de três anos depois.

O apoio nas ruas vinha de partidos como o PCR, PCB, o PSTU, o PT e, obviamente, o PSOL; organizações estudantis como a Juntos! e a ANEL; e movimentos populares como o MTST e a CUT, deixando os protestos mais descentralizados para os bairros e outras cidades. Consequentemente, outros movimentos surgiram “como o Levante Popular da Juventude, o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas, o Bloco Popular, Frente de Luta Contra o Aumento” (BUZETTO, 2013 pg. 132) e outros. Vale ressaltar que, desde o início desse ciclo, os atores envolvidos reforçavam o caráter apartidário dos protestos. De acordo com Alonso e Mische (2017), a ANEL foi uma das organizações que defenderam a independência dos protestos em relação aos governos federal e estadual, além de criticar os líderes estudantis que apoiavam o governo vigente da época (Idem, pg. 08).

Em 2014, após a reeleição de Dilma Rousseff, os opositores ao governo iniciaram um novo ciclo de protestos. A convocatória dos protestos, entre março de 2015 e agosto de 2016, ficava por conta do MBL, com apoio do movimento Vem Pra Rua, Revoltados, Movimento Contra a Corrupção e os partidos de oposição ao governo (FERREIRA E JUNIOR, 2017). Por outro lado, ainda em março de 2015, movimentos

populares como MST, CUT, UNE e o MTST ocupou várias cidades brasileiras com manifestações de apoio ao governo, juntamente com o PT e outros partidos que apoiavam o governo.

De toda forma, esse ciclo de protestos nos mostra que, as tensões na relação entre os movimentos e os partidos (i) são constantes, (ii) afetam as estratégias de ação tanto dos movimentos sociais quanto dos partidos políticos, e (iii) a depender da conjuntura política, pode ser mais tensa ou menos tensa. Neste trabalho, vemos que o MTST e o PSOL, independente dos conflitos que a literatura insiste em ressaltar, optaram por selar uma aliança em nível nacional. A questão que surge é: “Por quê?” Porque um movimento social opta por mudar sua estratégia de ação para inserir-se nas instituições políticas tradicionais? Mais, especificamente, quais as motivações para a aliança entre o MTST e o PSOL nas eleições presidenciais de 2018? É o que pretendemos responder no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

A aliança entre o MTST e o PSOL

2.1 Introdução

No capítulo anterior, fizemos uma revisão teórica sobre as interações entre movimentos sociais e partidos políticos. Além disso, apontamos as principais tensões existentes na relação entre ambos os atores, principalmente com foco na história política brasileira. A proposta deste capítulo é, primeiramente, contextualizar a trajetória política do PSOL e do MTST. Ao longo dos próximos dois tópicos, veremos que, a fundação do partido se deu por divergências internas no PT, quando o mesmo estava no governo. Ao ser aprovada a fundação do PSOL, desde o início, o partido manteve uma base oriunda dos movimentos sociais.

Em relação à trajetória de fundação do MTST, não podemos afirmar, com precisão, quando tudo começou. O que podemos afirmar é que seu surgimento está atrelado a outro movimento popular, o MST. De acordo com Campos (2018), durante a marcha anual realizada pelo movimento dos sem-terra, em 1997, alguns militantes reconheceram a necessidade de ter um movimento exclusivo para os trabalhadores do meio urbano. A partir disso, houve a concretização do projeto de fundação do MTST. Na cartilha de formação do movimento, o mesmo defende a autonomia e independência as instituições políticas. Caso sejam feitas alianças, o movimento procura fazê-las com outros movimentos populares e com partidos políticos que defendem os mesmos objetivos do movimento.

Ainda neste capítulo, vemos que a aliança entre o MTST e o PSOL rompe com a idéia de que os movimentos sociais têm mais desvantagens do que vantagens ao se relacionarem com os partidos políticos. Chegamos a essa conclusão após as entrevistas semiestruturadas e a análise dos dados coletados nas páginas do Facebook de ambos, bem como do Guilherme Boulos e da Mídia Ninja. Além disso, a exposição das entrevistas durante este capítulo nos apresenta a importância do papel de liderança desenvolvido pelo ativista durante a sua candidatura nas eleições de 2018.

2.2 O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

Para entendermos a história do PSOL, primeiramente precisamos entender o caso do PT. De acordo com Pompêo (2007), quando o PT chegou ao governo em 2002, o partido representava quatro grandes setores da sociedade, sendo eles: “progressistas da igreja católica; o novo sindicalismo com influência no ABC paulista; professores universitários, artistas, estudantes; e organizações diversas, tanto as democráticas como as revolucionárias” (pg. 02).

Como foi pontuado anteriormente, na história da relação entre os movimentos sociais e partidos políticos no Brasil, a chegada do PT ao governo, “é tido em diversos estudos como uma guinada na incorporação e vinculação institucional mais ampla de movimentos sociais” (FRANÇA, 2015, pg. 77). Em suma, o PT é o exemplo mais claro na realidade brasileira de que organizações institucionais e não institucionais podem construir uma relação de mútua influência. Inclusive, o incentivo para que outros movimentos sociais desenvolvessem fortes alianças com instituições governamentais, se apresentou de diferentes maneiras como, por exemplo, através da filiação aos partidos políticos ou fundação de um próprio partido – como o caso das ambientalistas (OLIVEIRA, 2017).

Entretanto, ao assumir o cargo, o ex-presidente Luiz Inácio ‘Lula’ da Silva tomou decisões que não agradaram a alguns filiados ao partido e, consequentemente, gerou uma polarização interna. A partir disso, a administração do ex-presidente foi acusada, tanto pelos filiados como pela sua base eleitoral, de defender políticas neoliberais, não representar mais a base sindical da qual veio, defender reformas que não respeitavam os direitos dos trabalhadores e de disseminar contradições internas (POMPÊO, 2007; MOURA, 2011). Ainda de acordo com Pompêo (2007), o estopim para tais filiados foi a discussão e votação da Reforma da Previdência Social. O argumento era de que, a reforma não representava o que era comumente defendido pelo partido, além de ter um caráter privatizante. A decisão por parte do PT foi de expulsar tais filiados.

A partir disso, surge o primeiro partido formado por alguns filiados expulsos do PT, o PSTU. Em 2003, o partido, no Fórum Social Brasileiro, convoca uma plenária que formaliza a criação do Movimento por um Novo Partido Socialista. Contudo, “os setores recém-saídos do PT não ingressam nesse movimento que, logo em seguida, se

desarticula e deixa de existir” (POMPÊO, 2007, pg. 06). No Congresso do partido, ocorrido no mesmo ano, mais de 70 militantes saíram do PSTU. Logo depois, os mesmos militantes se reúnem e fundam o Coletivo Socialismo e Liberdade. Em janeiro de 2004, o coletivo decidiu criar um cronograma para constituir um partido. Em junho do mesmo ano, votaram pela aprovação do nome Partido Socialismo e Liberdade (Idem).

Logo nos primeiros anos de existência, o partido conseguiu participar das eleições de 2006, e adquiriu cadeiras no Congresso Nacional, em coligação com o PCB e com o PSTU. O partido conseguiu “reunir e aproximar diversas organizações políticas históricas que se encontravam afastadas” (POMPÊO, 2007, pg. 14). Além disso, de acordo com Moura (2011), e considerando a origem do partido, a estrutura do PSOL se enquadra – em parte – na definição de partidos de quadros como definido por Duverger (1980). Essa associação acontece porque os grupos formados pelo partido são pequenos e seguem a “lógica da oligarquização” (Idem, pg. 43). Contudo, o autor argumenta que existe uma diferença entre o PSOL e os partidos de quadros, visto que o partido não constrói sua relação com os grupos apenas durante o período eleitoral.

De acordo com o que foi pontuado no capítulo anterior, podemos argumentar que o PSOL se encontra em outra tipologia de partidos políticos: o partido na rua⁴. Isso fica bem evidente quando estudamos a relação com a base eleitoral (e simpatizantes) do partido. Muito parecido com a linha inicialmente traçada pelo PT, o PSOL apresenta uma forte base oriunda dos movimentos sociais, principalmente, o sindical e o estudantil. Além disso, o partido se faz presente em diversas mobilizações sociais, como as de junho de 2013, e compõe a Frente de Esquerda do país, tendo como fortes aliados setores de movimentos populares como a CUT, o MST e o MTST.

A proximidade com o MTST resultou em uma aliança e lançou o líder e coordenador do movimento, Guilherme Boulos, como seu candidato à presidência nas eleições de 2018. Na chapa, concorrendo à vice-presidência, estava a ativista do movimento indígena, Sonia Guajajara. O partido argumentou que, o objetivo era trabalhar em proximidade com os movimentos da sociedade civil, uma vez que “há um

⁴ Para mais informações, ver Heaney e Rogas, 2007.

descrédito muito grande nos partidos políticos⁵”. A candidatura do ativista foi muito bem recebida por alguns membros do partido e da frente de esquerda da qual o partido e o movimento fazem parte. O próprio ex-presidente Lula, em reunião com Boulos e alguns dirigentes do MTST, declarou apoio à candidatura. Entretanto, demonstrou preocupação em relação à filiação do ativista a algum partido, pois poderia atrapalhar o futuro político e o caráter apartidário do movimento⁶. Nos próximos tópicos, revisaremos tais questões ao analisarmos os dados coletados sobre essa aliança.

2.3 O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Há diferentes versões sobre o processo que levou à criação do MTST, dado que não há um registro oficial de quando o movimento surgiu. Alguns trabalhos (CAMPOS, 2018; ELIAS, 2014; GOULART, 2011) apontam o surgimento do MTST a partir de uma ramificação de outro movimento de luta dos trabalhadores, o MST. Os autores ressaltam que esta ramificação está descrita na Cartilha do Militante, divulgada pelo movimento no ano de 2005, na qual são claros os créditos pela atuação do MST na formação do movimento dos sem-teto. Existe uma linha interpretativa que afirma que “a aproximação entre MST e trabalhadores urbanos em luta por moradia começou antes mesmo da marcha nacional [em 1997], na região de Campinas” (ELIAS, 2014, pg. 43).

Em 1993, durante as ocupações no Pontal do Paranapanema em São Paulo, o MST começou a se preocupar com as lutas dos trabalhadores dentro das cidades. Nesta época, as ocupações representavam a luta contra as políticas trabalhistas do governo, que gerou uma onda de mudanças no perfil do movimento. Desde a criação do MST, os trabalhadores do campo mudavam-se para o meio urbano na medida em que aconteciam as ocupações. As políticas implementadas pelo governo geraram uma crise nas vidas dos trabalhadores urbanos que, depois dessa mudança de meio, se viam obrigados a se readaptarem ao campo (GOULART, 2011, pg. 13-14). Foi a partir deste ponto que, os trabalhadores do campo decidiram juntar forças com alguns trabalhadores urbanos, na luta dos direitos dos trabalhadores dentro das cidades (CAMPOS, 2018, pg. 68).

⁵ Deputado Federal Chico de Alencar (PSOL-RJ) em entrevista à BBC Brasil. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313908>> Acesso em 19 de maio de 2018.

⁶ Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/lula-tenta-demover-lider-dos-sem-teto-de-candidatura-a-presidencia-cqqk5npzi34v28sj86qeef6lz>> Acesso em 1 de dezembro de 2017.

Outra linha interpretativa para o surgimento do movimento afirma que, no ano de 1997, durante uma marcha anual realizada pelo MST, alguns militantes reconheceram a necessidade de ter um movimento exclusivo para os trabalhadores no meio urbano. Durante esta marcha, houve a concretização do projeto de formar um novo movimento, quando os trabalhadores de ambos os grupos se juntaram, formularam e colocaram em prática os projetos que trariam benefícios mútuos (CAMPOS, 2018, pg. 69).

Ainda durante o mesmo ano, aconteceu o primeiro grande ato de ocupação realizado pelo MTST no Parque Oziel, no município de Campinas, em São Paulo. Os militantes que deixaram o MST para tratar as questões urbanas “não estavam acostumados com a complexidade das relações nas grandes cidades” (GOULART, 2011, pg. 21), tais como a força policial, relação com os partidos políticos, o tráfico de drogas constante e, por fim, como se organizarem dentro desse meio. Na medida em que as famílias chegavam ao local da ocupação, as dificuldades em relação à comida, higiene e espaço iam aumentando. Contudo, a ocupação permanecia forte. Os próprios ocupantes improvisaram salas de aula para as crianças das famílias, uma vez que não havia nenhuma escola na região. Os profissionais da educação que estavam desempregados davam aula para as crianças e, depois de um ano, o movimento conseguiu realizar um “projeto de assentamento urbano [...] com a formação de agricultura de subsistência e incentivo às pequenas lavouras” (Idem, pg. 21).

Esta ocupação nos mostra que, desde a fundação do movimento, o mesmo mantém sua autonomia às instituições políticas. Neste caso, manteve sua autonomia em relação às políticas municipais. Na cartilha de formação política do movimento de 2005, essa característica é clara:

nosso princípio é: nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo etc.) como parte principal do movimento. Nós só devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta (Cartilha de formação política, 2005 *apud* ELIAS, 2014).

O MTST se reconhece como um movimento que luta pelos direitos de moradia para os trabalhadores urbanos que vivem em bairros periféricos, não por escolha, e sim

devido ao “modelo de cidade capitalista”. Além disso, argumentam que, por não terem moradia, o acesso a educação, saúde, transporte e infra-estrutura básica, são inviabilizados. Dessa forma, a luta pela moradia não é única. O movimento “luta por condições de vida dignas”. O meio utilizado para alcançarem os objetivos é confrontando diretamente o Estado através das ocupações em terras urbanas e os bloqueios das rodovias e avenidas. Em relação às alianças, o MTST deixa claro que procura fazê-las com outros movimentos populares de trabalhadores, bem como os sindicatos. As alianças com o sistema político institucional só acontecem com aqueles que defendem os mesmos objetivos do movimento⁷.

Como veremos nos próximos tópicos, a aliança com o PSOL teve diferentes motivações, porém com um objetivo claro: fazer parte da construção de um projeto nacional de rearticulação da esquerda⁸. Diferente do que é argumentado pela literatura sobre a perda de autonomia e de identidade dos movimentos sociais ao se relacionarem com os partidos políticos, vemos que, o MTST, ao selar aliança com o PSOL, não passou pelo mesmo problema durante a candidatura de Guilherme Boulos.

2.4 Estratégia de coleta e análise dos dados

Nesta pesquisa, nos baseamos nas informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com membro da Coordenação Nacional e Regional de São Paulo do MTST, o Presidente Nacional do PSOL e o Presidente do PSOL-DF. Para complementar as informações das entrevistas, foram coletados dados de quatro páginas oficiais no Facebook (através da ferramenta de coleta de dados Netvizz): Guilherme Boulos, PSOL 50, MTST e Mídia Ninja. Os dados foram coletados entre primeiro de outubro de 2017 e primeiro de outubro de 2018 por abranger o antes, durante e depois da oficialização da candidatura.

A escolha pela técnica de entrevistas semi-estruturadas proporciona o benefício de obter informações que não podem ser coletadas das páginas no Facebook. Dessa forma, obtivemos informações sobre as motivações da candidatura de Guilherme

⁷ Informações retiradas da Cartilha de Princípios disponível no link <<http://www.mtst.org/linhaspoliticasorganizativas.pdf>>. Acesso em 29 de agosto de 2018.

⁸ Entrevista realizada com membro da Coordenação Nacional e regional de São Paulo do MTST, Josué Augusto.

Boulos de duas maneiras: pela experiência do partido e pela experiência do movimento. Durante as entrevistas, procuramos entender (i) o que motivou a aliança entre o movimento e o partido, (ii) o processo das discussões internas e (iii) as reações à candidatura de Guilherme Boulos, dentro do partido e do movimento.

Posto isto, ao baixarmos os dados foi realizada uma primeira filtragem das publicações. Nesta etapa, consideramos apenas as publicações que faziam menção aos nomes Guilherme Boulos e/ou Sonia Guajajara, inclusive através de *hashtags*. Algumas *hashtags* incluem o período de debates dos presidenciais na televisão, por exemplo: #BoulosNaRedeTV. Outras foram recorrentes desde o início da candidatura, sendo elas: #VamosComBoulos, #VamosComBoulosESonia, #Boulos2018 e #BoulosESonia. Ao fazer essa primeira filtragem percebemos que, além de muitas publicações serem apenas *reposts* das outras páginas que fazem parte da coleta de dados, existem publicações que utilizam *hashtags* meramente para divulgação de agenda e compromissos do candidato à presidência. Dessa forma, após a primeira filtragem, realizamos outra para retirar as publicações de divulgação de agenda e os *reposts*.

Esse processo tem como objetivo analisar apenas o conteúdo das publicações que nos ajudará a entender as motivações para a candidatura de Guilherme Boulos. Para isso, criamos quatro categorias de justificativas da candidatura do ativista, sendo elas: (a) perfil pessoal, todas as publicações que ressaltam o histórico e a imagem do ativista, apresentando-o como o ‘novo’ na política; (b) processo de definição da candidatura, todas as publicações que retratam a candidatura como feita de “baixo para cima”, ou seja, uma candidatura com maior participação da sociedade nas instituições políticas; (c) capacidade de diálogo, todas as publicações que evidenciam uma candidatura que dialoga não apenas com os movimentos sociais, ou seja, uma candidatura mais abrangente; e, (d) representatividade, todas as publicações que apresentam o candidato como representante de diversas pautas dos grupos de esquerda.

Durante o processo de redação dessa pesquisa, pudemos observar que, a campanha comumente defendia uma candidatura pautada no histórico do ativista, bem como a representatividade por trás do apoio à chapa presidencial. Dessa forma, a escolha por tais categorias se deu, por acreditarmos que todas abarcam as principais justificativas para a candidatura de Guilherme Boulos e, juntamente com as entrevistas, a análise de conteúdo nos ajudará a entender as principais motivações para a aliança

entre o partido e o movimento. Além disso, acreditamos que, o conteúdo publicado na mídia social, poderia refletir o que pudemos ver fora dela, como por exemplo, nos debates dos presidenciáveis, nas campanhas feitas nas ruas e na mídia tradicional.

Com os procedimentos metodológicos explicados, o próximo tópico volta-se para a análise dos resultados obtidos.

2.5 Análise dos resultados

Após fazermos as duas filtrações descritas no tópico anterior, chegamos a um corpus de 523 publicações, sendo 298 imagens e 225 vídeos. Vale ressaltar que, para a análise de conteúdo, consideramos toda a publicação, ou seja, tanto as imagens e os vídeos em si, quanto os textos que aparecem nas publicações (ex. Figuras 1 e 2, abaixo). Durante os processos de filtrações, não encontramos publicações somente de textos. Além disso, ao realizarmos a primeira filtração, muitos *links* para os vídeos publicados, sobretudo, na página do Guilherme Boulos, não funcionaram, resultando numa quantidade inferior de vídeos para a análise. Dessa forma, após a análise de cada imagem e cada vídeo, chegamos ao total de 76 publicações.

Posto isso, encontramos 10 publicações (cinco imagens e cinco vídeos) que evidenciavam o histórico e a imagem de Guilherme Boulos. Em um dos vídeos publicados na página do PSOL⁹, o presidente nacional do partido, ao ser questionado sobre a escolha pelo ativista na corrida eleitoral, disse que

Estávamos nas mesmas lutas, nas mesmas trincheiras. Fomos construindo uma relação de confiança que permitiu que esse processo dessa aliança entre o PSOL, o PCB e uma série de movimentos sociais, pudesse ter nele a representação do candidato. E ele acabou sendo quase que naturalmente a representação desse novo campo político que está nascendo no Brasil nos últimos anos, exatamente por essa capacidade que ele tem de agregar, de confluir, de trazer gente diferente pro mesmo lugar (MEDEIROS, 2018).

Nas categorias B e C, encontramos 23 publicações (dezessete imagens e seis vídeos) e 19 publicações (doze imagens e sete vídeos), respectivamente. A partir disso, entendemos que, no Facebook, a campanha presidencial do ativista pautou-se no discurso da maior participação da população no processo de tomada de decisões

⁹ Vídeo na íntegra: <https://www.facebook.com/psol50/videos/1121535327997017/> Acesso em dezembro de 2018.

políticas, bem como na tentativa de desenvolver uma identificação com indivíduos indecisos e insatisfeitos com a política do país (Figuras 1, abaixo). Além disso, conforme a Tabela 1, a campanha eleitoral, também, apresentou o ativista como o representante de diversas pautas dos grupos de esquerda (Figuras 2, abaixo), visto que, a categoria D apresenta um total de 24 publicações (dezessete imagens e sete vídeos).

Outro dado interessante que a análise do conteúdo nos mostrou é que, antes mesmo da confirmação da candidatura do ativista, mais especificamente em outubro de 2017, foi publicada na página do MTST uma entrevista na qual o ativista expressou insatisfação com o rumo da política brasileira. Ainda na entrevista, comentou sobre a necessidade de construir uma agenda política que mudasse alguns setores políticos cruciais para ter uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, defendeu que a política brasileira fosse feita de baixo para cima, com participação popular, tanto no processo de tomada de decisão dentro das instituições políticas, quanto fora reivindicando seus direitos. Para Guilherme Boulos, houve nos últimos anos, no Brasil,

uma tentativa de desmoralizar movimentos sociais e as lutas sociais. *“Ah, movimento social deve ‘tá’ buscando uma boquinha, um favor de alguém, um cargo, um dinheiro”*. Construiu essa idéia perversa, mas se esqueceram que toda modificação histórica relevante, aqui ou em qualquer lugar do mundo, se deu pela participação ampla de movimentos sociais¹⁰. [...] O MTST, quando se atreve a ir além do debate da moradia, quando ajuda a impulsionar a Frente Povo Sem Medo, quando entra no debate sobre o golpe que ocorreu no país, quando assume a pauta democrática, quando vai questionar a Reforma da Previdência, o movimento se coloca como um ator político.

Tabela 1 – Quantidade de publicações por categoria

Tipo de publicação	Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria D	Total
Imagens	5	17	12	17	51
Vídeos	5	6	7	7	25
Total	10	23	19	24	76

¹⁰ Entrevista na íntegra: <https://www.facebook.com/mtstbrasil/videos/912187995598419/> Acesso em novembro de 2018.

Figura 1 – Publicação retirada da página de Guilherme Boulos no Facebook



Figura 2 – Publicação retirada da página de Guilherme Boulos no Facebook



No capítulo anterior, vimos que a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos acontece pelo compartilhamento de identidades entre os atores, através da parte informal dos partidos políticos. Como foi argumentado por Heaney e Rogas (2007) e Oliveira (2017), a parte informal do partido representa o local onde há a inserção dos movimentos sociais na arena partidária a fim de influenciar o sistema político. Para isso, é preciso ter uma identificação entre os partidos e os movimentos.

A partir da colocação de Boulos pudemos ver que, mesmo antes de selar uma aliança com o partido, tanto o MTST como o PSOL, já tinham pontos em comum. Como argumentado acima, desde a sua fundação o partido defendeu uma agenda política pautada na maior participação da sociedade civil no processo de decisão de políticas públicas, bem como a manutenção da relação com os movimentos sociais, inclusive com o próprio MTST. Por sua vez, o MTST construiu alianças com outros movimentos populares e, desde 2013, veio construindo um projeto político de poder popular.

Em entrevista¹¹ feita com um dos membros da Coordenação Nacional do MTST e da Coordenação Regional de São Paulo, Josué Augusto, justificou da seguinte maneira a aliança feita com o PSOL:

é porque, de fato, o partido mais se aproxima ideologicamente com o que o movimento acredita em questão de projeto político pra sociedade. E essa percepção se deu desde 2013 e 2014. Para a gente do movimento, achamos importante iniciar, no país, um processo de construção de rearticulação em um novo campo de política. É um campo que precisa dialogar com novos movimentos sociais. A partir de 2013, isso foi feito no país com as mobilizações, mas não só em 2013. Foi um crescimento que, a partir de 2014, a gente consegue ver com mais frequência, sobretudo, pela força que as mobilizações vieram tomando nas ruas. Então, acreditamos que precisávamos rearticular o campo da esquerda a partir dessa força de mobilização social. Acreditamos que seria importante ter essa candidatura, nesse momento, para que ela fosse esse pólo aglutinador. [...] O movimento nunca teve uma ligação com algum partido político definida, mas também nunca se excluiu da participação de processos eleitorais. Em todos os processos eleitorais apoiamos a candidatura de forma direta, fazendo campanha, desenvolvendo a militância em campanhas. Esse ano especificamente, além da definição nossa de fazer campanha, a gente decidiu lançar uma candidatura pelo partido que foi a candidatura do Guilherme Boulos pelo PSOL. [...] Claro que o

¹¹ Algumas palavras das entrevistas expostas neste tópico foram modificadas para manter a coerência das frases.

PSOL não é o único partido que temos relação. A gente tem relação com o PT, com o PSTU. Mas o partido que a gente mais tinha afinidade nos últimos tempos era o PSOL. (AUGUSTO, 2018).

Dessa forma, a aliança entre ambos os atores não seria uma grande novidade. O que se torna novidade é que essa aliança contradiz uma parte da literatura exposta no capítulo anterior. Como vimos, as tensões entre os movimentos sociais e os partidos políticos são constantes. De acordo com Ferreira (1994), quando os movimentos sociais criam vínculos com “agentes externos, sejam eles partidos ou grupos de assessoria e mediadores, a sua autonomia e autodeterminação são processos mais discursivos do que mesmo práticas efetivas” (Idem, pg. 169). Em sua pesquisa, a autora argumenta que os movimentos sociais ressaltam o caráter apartidário, a fim de manterem uma boa relação com os indivíduos que se encontram “fora” dos movimentos. Consequentemente, essa ação propicia o sentimento de pertencimento ao grupo daqueles que identificam nos partidos políticos a causa da crise política no país (Idem).

Além disso, para a autora, os movimentos sociais vivem o dilema de

se preferem manter a autonomia, correm o risco de não conseguirem encaminhar suas reivindicações de forma “eficiente”, pois, então, não contariam com a assessoria dos partidos; e se decidem participar em conjunto com um partido correm também o risco de serem canalizados e cooptados por ele (Idem, pg. 171-172).

Reconhecemos que este dilema pode sim acontecer na relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Entretanto, no caso da candidatura de Guilherme Boulos, identificamos o comportamento reverso. O discurso adotado pelo ativista, antes e durante a candidatura, procurava despertar uma identificação, tanto no partido como no movimento, dos indivíduos insatisfeitos com a política no país (Figura 1, acima). Isso nos mostra que, apesar das adversidades que os partidos políticos poderiam estar causando, é preciso reconhecer que a importância dos mesmos no processo político, e tê-los como aliados, é essencial.

Além do mais, como já argumentamos, a autonomia é a capacidade do movimento social de se relacionar com o partido político sem abandonar o sendo crítico sobre essa interação. Ou seja, é possível manter autonomia e independência dos partidos

políticos, independente do grau de interação com eles (TATAGIBA, 2010). Esse parece ser o caso do MTST, ou pelo menos é o objetivo explícito de seus dirigentes, que enfatizam o fato das lideranças não serem partidárias:

Dentro do MTST, temos uma experiência com outros movimentos sociais. De forma geral, os movimentos brasileiros têm uma proximidade muito forte com algum partido político e a direção política do movimento passa muito pela direção política do partido. Dificilmente a gente vê os movimentos tomando encaminhamentos diferentes dos partidos que estão ligados. Nós do MTST não temos essa tradição. Toda a direção do movimento vem de uma militância de dentro do próprio MTST. Não é uma militância partidária que depois se constituiu em um movimento. Hoje a maior parte dessa militância vem das próprias ocupações. Então a gente tem uma autonomia partidária muito grande desde a fundação do movimento. É um valor que a gente preza bastante. Não por uma questão de apartidarismo ou uma negação da importância do partido nas instituições. A gente acredita que os partidos têm uma importância no processo político, mas também acreditamos que o movimento, com toda a sua autonomia, tem a capacidade de construir um projeto para o país. Essa é um pouco da trajetória que o MTST coloca. [...] O movimento continua apartidário. Não tem uma filiação a nenhum partido. A grande maioria que participa do movimento não tem filiação a nenhum partido. O movimento tem a sua direção política que faz análises da conjuntura do país. Mantemos uma produção independente da nossa proximidade com algum partido ou não (AUGUSTO, 2018).

A autonomia do movimento é defendida pelo próprio Guilherme Boulos, antes mesmo da oficialização da candidatura. Em outra entrevista publicada na página no Facebook do MTST, ao ser questionado sobre as tensões que a aliança com o partido poderia trazer ao movimento, Boulos frisou que, independente da candidatura, o MTST continuaria autônomo. A independência em relação aos partidos políticos e as lutas sociais do movimento continuariam mesmo que sua candidatura fosse confirmada¹². Inclusive, de acordo com José Augusto, antes de o movimento conversar sobre a candidatura com o partido, houve um processo de discussão dentro do próprio MTST:

Na verdade, pra fazer a discussão com o partido, tem que ter uma comissão do movimento que representa o MTST como um todo. Para que chegasse nisso, a gente fez o Encontro Nacional do movimento no ano passado. Aqui em São Paulo foram quase 400 pessoas que participaram desse debate, principalmente, sobre o MTST ter uma candidatura. Não foi a única candidatura do Boulos. [...] Em suma, teve um processo de discussão que envolveu a Coordenação Nacional

¹² Entrevista na íntegra: <https://www.facebook.com/mtstbrasil/videos/1602045649833760/> Acesso em novembro de 2018.

do movimento até a militância de base das ocupações pra que essa filiação fosse feita (AUGUSTO, 2018).

Não podemos deixar de ressaltar que a estrutura na qual os partidos políticos estão inseridos não colabora para a relação entre os partidos e os movimentos. As diferenças de estratégias entre ambos tornam-se cruciais no momento em que decidem selar uma aliança. Como pontuamos no capítulo anterior, as estratégias dos partidos envolvem a competição por espaço político e a disputa por votos, enquanto que as estratégias dos movimentos dependem das características internas dos mesmos (OLIVEIRA, 2017, pg. 71).

Posto isto, em relação às motivações para a candidatura de Boulos, Fábio Felix (fundador do PSOL no Distrito Federal, militante do partido desde 2005 e atual presidente do PSOL-DF), disse que a aliança:

[...] foi fruto de dois movimentos. O primeiro foi na cabeça de alguns, uma aliança com um movimento social importante que é o MTST e, consequentemente, o PSOL ampliar seu espectro de influência na reorganização da esquerda desse segmento. Uma influência mútua na construção de um pacto na reorganização da esquerda. A outra intenção que existia dentro do PSOL era dialogar com alguns setores da esquerda do PT que já não estavam tão felizes com o partido. Então, a candidatura do Boulos seria um nome que dialogava tanto com o campo psolista quanto com setores do campo petista. Mas, fundamentalmente, independente do que esse diálogo podia causar, seria uma aliança mais ampla do PSOL com o movimento social que avaliamos como o principal movimento social urbano do Brasil (FÉLIX, 2018).

Com isso, partimos para outro ponto fundamental na relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos entra em questão: o papel da liderança. De acordo com Oliveira (2017), “o papel de um líder forte, que concentra em torno de si tanto a legitimidade de liderança por parte dos movimentos sociais como por parte de seus pares nos partidos políticos pode ser o elo entre ambas as entidades e o definidor do formato dessas relações” (Idem, pg. 73-74).

Vale ressaltar que a análise apresentada na tese de Oliveira (2017) foca no caso da Marina Silva que, através do seu papel de líder sociopartidária, possibilitou aos ambientalistas traçar uma estratégia política para a fundação da Rede Sustentabilidade.

Neste trabalho, não analisamos o mesmo. O papel desenvolvido por Guilherme Boulos, na aliança entre o MTST e o PSOL, não resultou em um novo partido vindo do movimento dos trabalhadores. Além disso, com o pouco tempo para a construção dessa aliança, não podemos afirmar que foi desenvolvida uma liderança sociopartidária¹³, tal como argumentado no caso da tese de Oliveira (2017). Contudo, não podemos negar a importância do papel da liderança do ativista no fortalecimento da aliança entre o partido e o movimento. Nas palavras de Fábio Félix,

A candidatura se tornou uma possibilidade [...] no final de 2016. Isso foi sendo discutido muito nos bastidores em 2017. E eles (MTST) só decidiram lançar essa proposta ao PSOL no final de 2017, na Conferência Nacional do partido. A partir disso começou um movimento na Conferência para organizar a candidatura. Tanto que no 6º Congresso Nacional do PSOL, em dezembro de 2017, não votamos uma resolução para a presidência por conta disso. [...] O nome do Boulos foi uma idéia que partiu de cima pra baixo, mas a aliança com o MTST era de baixo pra cima. [...] Em relação aos membros do partido, a recepção ao nome do Boulos foi positiva. Teve uma divergência ainda na Conferência Nacional do PSOL em relação a postura do Boulos porque fazia muito aceno ao que alguns setores do PSOL chamavam de *lulismo*. Ele se aproximava muito do Lula. Então, na Conferência do PSOL teve um setor que não votou no nome dele porque achava que ele se aproximava muito do *lulismo*. Acabaram votando, internamente, na candidatura de outro candidato. Contudo, não tinha nenhuma restrição ao nome do Boulos. Sabiam que era um nome importante, mas tinha essa divergência. [...] Acredito que a candidatura do Boulos foi muito positiva. É um grande candidato. Uma figura da esquerda muito importante. Com uma capacidade imensa de se comunicar. [...] Acredito que teve vários acertos no programa, nas idéias que ele apresentou. Isso foi muito importante para legitimá-lo como um interlocutor da sociedade, de um setor da sociedade. Então, ele vem do nada, como figura de massas e vira uma pessoa conhecida, respeitável (FÉLIX, 2018. Adaptado).

Ainda em relação ao papel da liderança, outro ponto argumentado por Oliveira (2017), é sobre a possibilidade do líder não ser benquisto por alguns membros do partido, “por aproximar ou confundir a identidade partidária com a de movimentos sociais” (Idem, pg. 74-75). Como pontuado pelo presidente do PSOL-DF e do presidente nacional do partido, inicialmente, até houve uma divergência em relação a candidatura do ativista, porém não atrapalhou no reconhecimento de que a candidatura do Boulos era de suma importância, sobretudo, considerando o contexto político do

¹³ Para mais informações, ver Oliveira, 2017.

país. Dentro do movimento, a reação dos militantes também foi ponto de preocupação. Contudo, não desencadeou um problema significativo. De acordo com José Augusto,

a gente não queria que a candidatura colocasse em risco o difícil trabalho de construir um movimento a nível nacional. Foram 20 anos para que o movimento chegasse ao patamar que a gente tem hoje. Como o movimento nunca tinha passado por isso, foi uma experiência nova. Logo, de fato se tornou uma preocupação muito grande. Procuramos promover um diálogo amplo com o movimento. Era o momento de a gente estar fazendo um processo como esse. No fim, não tivemos nenhum grande problema interno. Foi um processo que foi construído horizontalmente dentro do movimento. Então não tivemos nenhum problema em nível de militância em relação a isso (AUGUSTO, 2018. Adaptado).

Em suma, todos os entrevistados apontaram para os pontos positivos da aliança entre o MTST e o PSOL, bem como para o bom relacionamento com o ativista. Além disso, ressaltaram a importância de manter a aliança para além das eleições, visto que o cenário político dos próximos anos pode ser difícil para os movimentos populares e os partidos de esquerda.

a gente não mede a candidatura por número de votos, e sim pelo que pudemos lançar de projeto pelo país. O Boulos sai como uma figura importante pro país e consegue dialogar com mais gente. O próprio MTST sai mais conhecido, com sua luta mais divulgada, e esse era o nosso objetivo como movimento. A partir do processo eleitoral conseguimos divulgar a nossa luta. Fizemos com que o movimento tivesse mais pessoas e soubemos articular com essas pessoas. Além disso, a gente sai com a possibilidade de articular um novo campo da esquerda. Então, de maneira geral, a nossa avaliação é positiva. Claro que, avaliando agora de trás pra frente, a gente faria uma ou outra coisa diferente, mas dentro das incertezas que foram esse processo eleitoral, temos uma avaliação bem positiva. [...] A proposta que mantemos é que continue (a aliança com o PSOL). A eleição serviu como um espaço de troca e de aproximação com os setores que constroem o PSOL. Achemos importante manter essa aliança, não só com o PSOL, mas com a Mídia Ninja e com os povos indígenas. Também continuar dialogando com os atores que se aproximaram com o período eleitoral. Construímos um programa muito bom da perspectiva política. É um programa que surgiu como uma novidade até pro próprio PSOL. Então acreditamos que deva continuar, até porque será um período duro. Não podemos, nesse momento, achar que o movimento pode agir sozinho. Nem o partido agindo sozinho conseguirá dar respostas pra realidade brasileira. Quanto mais a gente estiver unidos, mais a gente vai conseguir resistir (AUGUSTO, 2018. Adaptado).

Por um lado, vimos que as tensões na aliança entre os movimentos sociais e os partidos políticos sempre irão existir, sobretudo, em relação a manutenção da autonomia e independência dos movimentos aos partidos e a diferença nas estratégias dos atores. Ainda assim, depreende-se das entrevistas e da análise dos dados coletados das páginas no Facebook que, o MTST e o PSOL mantiveram uma aliança que superou tais adversidades. Acreditamos que isso se deve não apenas pelo caráter apartidário e autônomo do movimento, mas também pela maneira como a aliança foi construída. Evidente que a preocupação sobre os desafios que essa interação poderia causar aos atores não foi descartada. Contudo, de acordo com os entrevistados do Partido e do Movimento o balanço foi positivo, resultando na continuidade da aliança após o período eleitoral.

Pudemos avaliar também que a trajetória construída, tanto pelo partido como pelo movimento, propiciou para que a relação entre ambos fosse mais horizontal do que vertical. Reconhecemos que, numa campanha eleitoral, o papel da chapa presidencial é defender, sobretudo, a identidade do partido. Neste caso, vemos que a identidade do movimento estava de encontro com a do partido, quando ambos defendem uma sociedade mais justa e igualitária, bem como um sistema político com maior participação da sociedade civil. A identidade defendida pelo partido não se sobrepôs à do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos entender as motivações para a aliança entre o MTST e o PSOL nas eleições presidenciais de 2018. Para chegarmos a uma resposta, não podíamos deixar de considerar a trajetória dos movimentos sociais e dos partidos políticos, sobretudo, as diferenças e tensões existentes na relação entre ambos. Nesse sentido, como apontado no primeiro capítulo, a literatura clássica de Ciência Política reconhece os partidos como organizações mais formais do que informais.

De acordo com Panebianco (2005), os partidos políticos são as únicas organizações que atuam na arena eleitoral disputando votos. Esta função não é feita por nenhuma outra organização (Idem, pg. 11). Além disso, o sistema ao qual fazem parte é burocrático e rígido. As estratégias partidárias estão inseridas numa lógica que prioriza a busca pelo poder e a competição por votos, dificultando a relação com os movimentos sociais. Contudo, defendemos, com base na tese de Oliveira (2017), que os partidos políticos são compostos por uma parte informal. Nesta parte informal, encontram-se as diferentes redes da sociedade civil, inclusive os movimentos sociais.

Dentro desse contexto, Heaney e Rogas (2007) nos apresentam o conceito de “partido na rua”. Para os autores, o partido na rua é uma intersecção entre o movimento social e o partido político, na qual os atores envolvidos compartilham identidades e estratégias que influenciam ambas as organizações. Vale ressaltar também que, os partidos que se encontram nessa intersecção, apóiam os movimentos sociais nas ruas, ao mesmo tempo em que, os movimentos trabalham como suporte nas estratégias dos partidos (Idem, pg. 50).

Esse conceito é importante para caracterizar o PSOL. Ao traçarmos a história do partido vimos que o mesmo mantém uma forte relação com os movimentos sindicais e estudantis. Além disso, participou ativamente, ao lado do MTST, dos ciclos de protestos que ocorreram no país entre 2013 e 2016. O MTST, um movimento que sempre enalteceu sua autonomia e independência aos partidos políticos, nunca descartou a possibilidade de selar alianças com as instituições políticas. Para isso, era necessário a compartilhamento de objetivos em comum com o movimento.

De acordo com a literatura, para que haja uma interação entre ambas as organizações é preciso ter, além do compartilhamento de objetivos em comum, um compartilhamento de identidades, tanto coletiva quanto partidária. Como vimos, existem diferentes definições sobre a identidade coletiva. De acordo com Melucci (1996), a identidade coletiva é um processo de interação, no qual atores individuais se transformam em atores coletivos. Esse processo vai além do sentimento de pertencimento a determinado grupo. O autor ainda argumenta que o indivíduo, além de fazer um cálculo racional dos custos e benefícios de fazer parte de um grupo, irá desenvolver um vínculo emocional. A partir disso, os atores irão interagir entre si para definir suas ações e o campo de ação.

Enquanto isso, Polletta e Jasper (2001) argumentam que, a identidade coletiva é uma “conexão cognitiva, moral e emocional que um indivíduo tem com uma comunidade, categoria, prática ou instituição mais ampla” (Idem, pg. 285). Além disso, consideramos a definição de Flesher Fominaya (2010), visto que, para a autora, o processo de construção da identidade coletiva envolve diferenciar “nós” de “eles”. Dessa forma, a identidade coletiva pode tanto abranger diversos indivíduos e facilitar a aliança entre os grupos, como pode também distanciar grupos que compartilham dos mesmos objetivos.

A identidade partidária nos ajuda a entender a interação entre os eleitores e os partidos políticos através de variáveis como: escolaridade, renda, idade, interesses sobre assuntos políticos, ideologia, dentre outras. Janda et al. (*apud* Oliveira, 2017) argumentam que, a identidade partidária é construída de fora pra dentro e, não de dentro para fora, como encontramos nos movimentos sociais. Neste caso, a ideologia tem um papel importante. Ao se identificar com um partido político, o indivíduo se identifica com uma gama de idéias e as apóia através do voto, ou seja, a ideologia não pressupõe uma conexão entre indivíduos e, sim, de indivíduos com idéias.

A partir disso, a literatura reconhece que, o compartilhamento de identidades pode trazer riscos à interação entre ambas as organizações, visto que a partilha de identidades pode ser fraca (OLIVEIRA, 2017, pg. 72-73). Além disso, Heaney e Rogas (2007) argumentam que a desvantagem dessa relação é a perda da identidade do movimento para o partido político, visto que, a atividade partidária pode tomar para si a energia e os recursos da própria manutenção do movimento (Idem, pg. 435).

Posto isto, vimos no capítulo dois que, a aliança entre o movimento e partido, teve o resultado contrário ao que a literatura argumenta. Mesmo antes de estabelecerem uma aliança, tanto o MTST quanto o PSOL, tinham objetivos e identidades em comuns. Desde a fundação, o partido defendeu uma agenda política pautada na maior participação da sociedade civil no processo de decisão de políticas públicas, bem como a manutenção da relação com os movimentos sociais, inclusive com o próprio MTST. Por sua vez, o MTST, e o próprio Guilherme Boulos, também defendiam a construção de uma agenda política que mudasse alguns setores políticos cruciais resultando em uma sociedade mais justa, igualitária e com políticas públicas feitas de baixo para cima.

Dessa forma, pudemos concluir que a interação entre o movimento e o partido não afetou a identidade construída por ambos. Contudo, é preciso reconhecer a sobreposição da identidade do partido em um momento específico. Como pontuamos anteriormente, as estratégias políticas dos partidos políticos envolvem uma lógica diferente dos movimentos sociais. Numa campanha eleitoral, era evidente que o Guilherme Boulos defenderia a identidade do partido, principalmente, quando a campanha apresentava o candidato como o representante de diferentes pautas da esquerda. Entretanto, a partir das entrevistas, pudemos concluir que, desde o início da aliança, o movimento e o partido compartilhavam um objetivo: rearticular a esquerda.

Sendo assim, mesmo com a sobreposição da identidade do partido, ambas as organizações ainda compartilhavam o mesmo objetivo. Não podemos deixar de considerar, a importância do papel desenvolvido por Guilherme Boulos nesse processo. Como vimos nos capítulos anteriores, a papel da liderança é fundamental na relação entre os movimentos e os partidos, visto que o mesmo torna-se uma ponte entre as organizações, representando as identidades, estratégias e objetivos de cada um. A exposição das entrevistas durante este trabalho nos mostra que o ativista foi fundamental para que a aliança tivesse um saldo positivo, mesmo após o período eleitoral.

Outro ponto fundamental apresentado pelo nosso objeto de estudo foi em relação a autonomia e independência dos movimentos sociais aos partidos políticos. De acordo com literatura, quando os movimentos sociais criam vínculos com os partidos políticos, “a sua autonomia e autodeterminação são processos mais discursivos do que mesmo práticas efetivas” (Idem, pg. 169). Contudo, a aliança entre o MTST e o PSOL não

seguir esse caminho. Na trajetória política do movimento, bem como nas entrevistas, pudemos ver que o MTST sempre manteve suas atividades autônomas, independente da relação com as instituições políticas. O próprio membro da Coordenação Nacional e Regional de São Paulo do movimento nos contou que, o MTST sempre foi e continua sendo autônomo e apartidário. Todas as diretrizes internas do movimento são realizadas inteiramente por militantes, sem influência de partidos ou outras instituições. Dessa forma, novamente o nosso objeto contradiz a literatura, mas vai de encontro com aquilo que Tatagiba (2010) defende.

De acordo com a autora, autonomia é a capacidade de ator estabelecer relações com outros atores a partir de uma independência que “permita codefinir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores” (Idem, pg. 68). Ou seja, a autonomia não é a ausência de relação com determinados atores, mas sim a capacidade de se relacionar com outros atores sem perder uma “distância crítica” que coloca a interação como objeto de reflexão (Idem).

Com isso concluímos que, mesmo com as tensões que cercam a interação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, sobretudo, em relação às diferenças de estratégias, objetivos e identidades, os movimentos sociais mantiveram alianças com as organizações formais. Uma candidatura como a de Guilherme Boulos, não é uma novidade na história política brasileira. Contudo, é uma novidade dentro da literatura, visto que, a aliança entre o MTST e o PSOL, rompe com a ideia de que os movimentos sociais perdem a sua identidade e autonomia tornando-se o elo mais fraco nesta relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 13, n. 28, 2011.

ALONSO, Angela et al. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 26, p. 133-165, 1992.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* (Edição revista e actualizada). Lisboa: Edições, v. 70, 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BUZETTO, Marcelo. As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular. *Lutas Sociais*, v. 17, n. 31, p. 125-139, 2013.

CAMPOS, Marcos et al. *Minha casa, minha luta: o MTST frente a ofensiva neoliberal*. 2018.

DOIMO, Ana Maria. *A vez ea voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Universidade de Brasília, 1980.

ELIAS, Gabriel Santos. *Criar poder popular: as relações entre o MTST e o Estado no Distrito Federal*. 2014.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; JÚNIOR, Fernando Tavares. De 2013 a 2016: as ruas e ressignificações políticas. CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 22, 2017.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 3, 1994.

FLEISCHER, David Verge. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Editora, 2004, 249-283.

FLEISHER FOMINAYA, Cristina. Collective identity in social movements: Central concepts and debates. Sociology Compass, v. 4, n. 6, p. 393-404, 2010.

FRANÇA, Gustavo Henrique Serafim. Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais e tensões (ainda) existentes: agendando uma pesquisa. Revista Três Pontos, 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST. 2011.

HEANEY, Michael T.; ROJAS, Fabio. Partisans, nonpartisans, and the antiwar movement in the United States. American Politics Research, v. 35, n. 4, p. 431-464, 2007.

KECK, Margaret E. PT-A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. 2010.

MELUCCI, Alberto. Challenging codes: Collective action in the information age. Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. Lua Nova: revista de Cultura e política, n. 17, p. 49-66, 1989.

MOURA, Pablo Thiago Correia de. As razões da esquerda radical PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva. 2017.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido. Tradução: Denise Agostinetti. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

Pesquisa Medialogue revela políticos mais influentes da web. 2016. Disponível em: <<http://www.medialogue.com.br/2016/10/pesquisa-medialogue-revelapoliticos-mais-influentes-da-web/>>. Acesso em dezembro de 2018.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. Collective identity and social movements. *Annual review of Sociology*, v. 27, n. 1, p. 283-305, 2001.

POLONI, Katia Maria; TOMAÉL, Maria Inês. Coleta de dados em plataformas de redes sociais: estudo de aplicativos. 2014.

POMPÊO, Flávio Sposto. As origens do PSOL. *Revista Urutágua*, Paraná, n. 12, p. 1-15, 2007.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

ROCHA, Fernando; SAMPAIO, Fernando; FRANCESC, Antoni. Manifestações Populares no Brasil atual: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 5-10 mai, 2014.

SADEK, Maria Tereza. Sistema partidário brasileiro: a debilidade institucional. 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2007.

SPECK, Bruno Wilhelm; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. *Opin. Publica*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 569-602, Dec. 2016.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo—Primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, n. 71, p. 63-83, 2010.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista brasileira de Ciência política*, n. 3, p. 133-160, 2010.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos*. Bookman editora, 2015.